

entrevista da semana

Temístocles Telmo Ferreira Araújo, Coordenador Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança

# 'Segurança não se faz com grupo de WhatsApp'

THAINA LAMA  
thainalamar@abc.com.br

"É preciso postura", recomenda o coronel Temístocles Telmo Ferreira Araújo quando perguntado sobre como a sociedade pode ajudar na redução da criminalidade. Criador do Programa Vigilância Solidária e atual coordenador estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança, diz que pessoas não podem reclamar de crimes contra o patrimônio se, ao sair do condomínio, deixam o portão aberto.

to. A violência é também, admito, fruto de questões estruturais, como a corrupção. O Grande ABC sofre com roubos e furtos de veículos, diz, por possuir inúmeras rotas de fuga, o que facilita a ação dos bandidos – aos quais defende pena mais dura.



RAIO X

**Nome:** Temístocles Telmo Ferreira Araújo  
**Estado civil:** casado  
**Idade:** 54 anos  
**Local de nascimento:** São Catarina  
**Formação:** doutor e mestre em ciências policiais, segurança e ordem pública e pós-graduado em direito penal  
**Hobby:** corrida ao ar livre em parques  
**Local preferido:** praia e casa  
**Livro que recomenda:** Candelária: A Cultura do Candelário e o Prêjuízo nos Rios Sociais, de Marcelo Ruggia Ruffa  
**Personalidade que marcou sua vida:** Ayrton Senna  
**Profissão:** policial militar  
**Onde trabalha:** Coordenadoria Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança, na Capital

Como é seu trabalho na coordenação estadual dos conselhos de segurança?

Os conselhos comunitários de segurança completaram em maio 38 anos. Foi um ato do governador Franco Montoro em 1985. A época era secretário de Segurança o (futuro) presidente Michel Temer. No aniversário dos Conselhos, o presidente disse como nasceram os conselhos, de uma visita que ele fez a Los Angeles (nos Estados Unidos), onde tinha esse agrupamento de pessoas que lutavam pelas condições de segurança na comunidade. E assim foi implantado em São Paulo. Conselhos são um grupo de voluntários que prestam serviço social de soluções para a segurança pública. Reúnem-se pelo menos uma vez por mês e discutem assuntos para a melhoria da segurança local. Ao longo dos anos, os Conselhos passaram a ser uma política de segurança pública. Assim, que o governador assinou o decreto, foi criada a resolução onde se estabeleceu a composição dos Conselhos. Eles têm uma diretoria – com o presidente, o vice-presidente, o primeiro e o segundo secretários e os diretores comunitário e social – e a obrigatoriedade de participação do gestor de polícia local, que é ou o capitão comandante de companhia ou o delegado titular do distrito. Por isso, além de ser uma política pública de segurança, também canal desburocratizado para falar diretamente com o Estado, porque o Consseg representa o próprio governador.

A sociedade interage bastante com os Consseg?

Aqui no Grande ABC temos 21 companhias ou distritos policiais e 19 Consseg ativos. Só temos dois inativos, um em Diadema e um em Mauá. Inclusive agora que passou o processo eleitoral (interino), em abril, nós da coordenação vamos começar a fazer contatos com os inativos para verificar por que se inativou e tentar reativá-los. Então, respondendo à sua pergunta, a participação da comunidade na região é muito grande, com 90% dos Consseg ativos. Mas temos problemas. Alguns pessoas comparecem às reuniões apenas até a solução dos seus problemas. Le-



**"É um problema: pessoas levam a demanda (ao Consseg), acabam tendo a solução e aí não voltam mais."**

vam a demanda, acabam tendo a solução e aí não voltam mais. Mas temos também pessoas, uma média de 40 a 50 em cada Consseg, que participam ativamente de todas as reuniões mensais.

Na prática, como os Consseg ajudam a solucionar questões de segurança?

As demandas são generalizadas. Tem desde a falta de policiamento até a perturbação de sossego – aliás, esta é bastante recorrente – e de zeladoria. O nosso regulamento prevê o convite de (representantes de) algumas entidades, como, por exemplo, Guarda Municipal, Câmara dos Vereadores, Prefeitura, que são chamados de membros institucionais. Então, como invariavelmente estão presentes nas reuniões, levam as demandas e agilizam as soluções. A questão do policiamento: como já estão ali o capitão e o delegado, consegue-se fazer o ajuste. Basta ter uma crise que as pessoas se socorrem dos Consseg.

Uma crise recente foram as

tragédias nas escolas. As pessoas começaram a ir muito às reuniões do Consseg pedir orientações, que tipo de opções poderiam ser adotadas.

Quais são os marcos do Consseg nestes 38 anos?

O maior é ter se mantido como política pública de segurança. Difícilmente se tem algo que é tão cobrado, como é o caso da segurança pública, que se mantém por tanto tempo, governo a governo, independentemente do partido que está no poder. Até porque estamos falando de serviço voluntário. Não há um local no Estado que não tenha um Consseg ativo. Um outro marco é que os Consseg têm sido lembrados no debate de soluções públicas. Veja o exemplo da Capital. O governo do Estado garantiu ao Consseg o câmbio no grupo de trabalho para a melhoria do Centro. Os Consseg são ouvidos, são chamados para a discussão. Não se consegue mais discutir segurança sem convidar os Consseg. E há os marcos pontuais. O Programa Vizinhança Solidária, que hoje é realidade no Estado de São Paulo, nasceu dentro do Consseg-Centro de Santo André.

Qual o papel do Programa Vizinhança Solidária hoje na segurança pública?

O programa nasceu em Santo André em 2009, como ferramenta de polícia comunitária para aproximar a sociedade e levar cultura de prevenção. Ou seja, o cidadão também cuidando da sua segurança e não só o Estado, por meio da presença da vítima. Em 2012, fomos convidados pelo comando geral da Polícia Militar para implantar o programa em todo o Estado. Hoje é uma realidade. São mais de 5.000 núcleos em 340 municípios do Estado. O grande desafio, atualmente é trazer o programa para a gestão da segurança pública. Queremos trazer tanto a gestão quanto a governança do programa para dentro da Secretaria de Segurança Pública para agregar com as demais ações que estão sendo desenvolvidas, como Muraiha Paulista, o Detecta...

Quais os próximos passos? No segundo semestre, a

ideia é agregar tecnologia ao programa, criar um aplicativo, uma startup, em que o cidadão encontre os indicadores criminais da sua região, se ali tem o Vizinhança Solidária, o Consseg, o que se pode fazer para melhorar a segurança. A ideia é transformar o programa em ferramenta de inteligência, não só ser este programa de aproximação da sociedade com a polícia, para citar as pessoas para que elas possam, inclusive, trazer soluções executivas.

Por que é importante para as pessoas participarem dos Consseg ou do Programa Vizinhança Solidária?

Tem uma frase que sempre digo: além de ser importante, é a oportunidade de fazer parte da solução do problema. Consseg e Vizinhança Solidária não são apenas um grupo de WhatsApp. É um grupo que mostra que as pessoas precisam melhorar as posturas. Não adianta ter uma placa de Vizinhança Solidária na rua, mas esquecer de fechar o portão, criando um ponto vulnerá-

vel no caso de condomínios. São coisas que as pessoas precisam entender.

A simples colocação de uma placa do Programa Vizinhança Solidária na rua inibe a criminalidade no local?

Temho certeza. Nestes mais de 5.000 locais em que existe o programa, não temos nenhum em que os indicadores criminais dispararam – ou se mantiveram estáveis ou diminuíram. Quando falamos da placa, há um simbolismo. Estamos falando do princípio das oportunidades. Para que haja crime, você precisa ter o infrator, a vítima e um ambiente favorável. Quando o infrator se depara com essas placas, ele sabe que as placas indicam que está em local onde as pessoas têm postura diferente. Então, ele prefere (agir em) região cujos moradores não tenham este olhar.

No Grande ABC, os indicadores de crimes patrimoniais, como roubos e furtos de veículos, aumentaram bastante, especialmente em Santo André. Qual é a explicação?

Santo André tem muitas divisas, especialmente com a Capital, o que torna a cidade local em que o infrator tem muitas rotas de fuga. Santo André faz divisa com a Zona Leste, com São Bernardo, que, por sua vez, vai fazer divisa com Diadema, com a Zona Sul. É tudo muito próximo. No Centro de São Paulo, por exemplo, não se tem este problema. Roubo de veículo lá é quase zero, porque não tem rota de fuga. É aquela teoria das oportunidades: o criminoso entende que lhe é favorável (agir em Santo André e não na Capital). Por isso são importantes o programa Muraiha Paulista e a prevenção. É preciso diminuir a oferta para o criminoso.

Como assim?

Tudo começa com o planejamento. Quando você vai a um lugar com seu carro, verificou se há estacionamento em que se possa guardá-lo com segurança? Mas se o estacionamento é muito caro e você opta por deixar o carro na rua, você avalia se o lugar em que vai deixá-lo é seguro na hora em que, acabado o seu compro-

**"Nossa legislação é favorável ao criminoso. A probabilidade de cumprir sentença na íntegra é zero."**

missio, vai voltar para pegá-lo ou vai ser o último veículo lá na ponta? Em 2023, por que se colocar em situação de vulnerabilidade com o carro? Há soluções tecnológicas. Por que não ir de transporte por aplicativo? E acreditar na sua intuição. Se tiver uma pessoa em atitude suspeita perto do seu carro, volte para onde estava, peça para alguém lhe acompanhar ou ligue para o 190. Não dá chance para o azar. E nunca seja.

A questão da segurança é complexa e a população tem a sensação de que o trabalho da polícia é enxugar gelo, já que a corporação prende e a Justiça solta. Há solução?

A nossa legislação é favorável ao criminoso, que trabalha com a teoria da economicidade do crime. O criminoso é racional. Sabe que a probabilidade de ser preso é pequena, a de ser processado é mínima, a de ser condenado é menor ainda e a de cumprir sentença na íntegra é zero. Tome-se como exemplo a audiência de custódia: de cada dez presos hoje em flagrante no Estado de São Paulo, amanhã seis estarão nas ruas. A cada 100 presos, apenas dois chegam para cumprir a pena. Nossa legislação é permissiva. O que fazer? Endurecê-la. Não temos prisioneiros em caráter perpétuo no Brasil, talvez devêssemos ter para alguns crimes.

Para quais crimes?

Estupro, latrocínio. Olhe os casos que vocês noticiam todos os dias. Elize Matsunaga e Suzanne Von Richthofen estão sendo beneficiadas pelo sistema atual.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: 4